

## RESUMO

### A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC AO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

A aplicação do Código de Processo Civil (CPC), a título de Direito subsidiário, ao processo judicial tributário constitui frequentemente uma tarefa complexa, que tem suscitado na jurisprudência dificuldades e contradições. Neste domínio, pode-se afirmar que existe uma dose considerável de insegurança jurídica.

Este trabalho visa o estudo das regras e dos princípios jurídicos oriundos do processo civil que conformam, em termos jurídico-normativos, o processo judicial tributário. Na primeira parte, serão abordados os conceitos de regras e princípios jurídicos, cuja relevância na economia deste estudo resulta da clarificação de conceitos jurídicos operativos, que potenciam a compreensão das duas últimas partes dedicadas aos princípios jurídicos comuns ao processo civil e ao processo tributário e às regras jurídicas do CPC que reclamam a aplicação subsidiária ao processo tributário, respetivamente.

A essência, os fins e os princípios do Direito Tributário constituirão diretrizes fundamentais para evidenciar quais as normas jurídicas, provenientes do CPC, idóneas a regular uma relação jurídica processual de cariz tributário.

**Palavras-chave:** aplicação; civil; processo; subsidiária; tributário.



## ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b>	5
<b>Resumo</b>	7
<b>Abstract</b>	9
<b>Lista de abreviaturas</b>	17
<b>INTRODUÇÃO</b>	19
I. Objeto de investigação	19
II. Plano de exposição do tema	21
III. Pressupostos	24
<b>CAPÍTULO I. O CONCEITO DE NORMA JURÍDICA</b>	33
1. Normas Jurídicas	33
1.1. Definição de Norma jurídica	33
1.2. Direito natural e direito positivo	40
1.3. Critérios de diferenciação: princípios e regras	42
1.3.1. Grau de Abstração	43
1.3.2. Quanto ao grau de determinabilidade na aplicação do caso concreto	46
1.3.3. Quanto ao modo e fundamentação da sua aplicação ao caso concreto	50
1.3.4. Necessidade de intermediação normativa	51
1.3.5. Necessidade de positivação	53

1.3.6.	Proximidade da ideia de Direito	54
1.3.7.	Ao nível da conflitualidade	56
1.3.8.	Caráter de fundamentalidade no sistema das fontes de Direito	60
2.	Funções dos princípios	61
3.	A aceitação dos princípios no quadro do sistema jurídico	63
<b>CAPÍTULO II.</b>	<b>PRINCÍPIOS COMUNS AO PROCESSO TRIBUTÁRIO E AO PROCESSO CIVIL</b>	<b>67</b>
§.	Considerações sequenciais	67
1.	Princípio do dispositivo	68
1.1.	No Direito processual civil	68
1.2.	No Direito processual tributário	75
2.	Princípio do inquisitório	84
2.1.	No Direito processual civil	84
2.2.	No Direito processual tributário	88
3.	Princípio da cooperação processual	97
3.1.	No Direito processual civil	97
3.2.	No Direito processual tributário	106
4.	Princípio do contraditório	116
4.1.	No Direito processual civil	116
4.2.	No Direito processual tributário	119
5.	Princípio da aquisição processual	124
§.	No Direito processual civil e no Direito processual tributário	124
6.	Princípio da universalidade dos meios de prova	126
§.	No Direito processual civil e no Direito processual tributário	126
7.	Princípio da livre apreciação da prova	131
7.1.	No Direito processual civil	131
7.2.	No Direito processual tributário	133
8.	Princípio da celeridade e economia processual	135
8.1.	No Direito processual civil	135
8.2.	No Direito processual tributário	138
9.	Princípio da preclusão processual	143
9.1.	No Direito processual civil	143
9.2.	No Direito processual tributário	146
10.	Princípio da imediação	149
10.1.	No Direito processual civil	149
10.2.	No Direito processual tributário	151

11. Princípio da oralidade	153
§. No Direito processual civil e no Direito processual tributário	153
12. Princípio da plenitude de assistência do juiz	157
§. No Direito processual civil e no Direito processual tributário	157
13. Princípio da publicidade do processo	159
§. No Direito processual civil e no Direito processual tributário	159
14. Princípio da imparcialidade	161
§. No Direito processual civil e no Direito processual tributário	161
<b>CAPÍTULO III. REGRAS JURÍDICAS COMUNS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO E DO PROCESSO CIVIL</b>	<b>163</b>
§. Considerações sequenciais	163
1. Suspensão da instância	164
1.1. Enquadramento do problema	164
1.2. Suspensão da instância por determinação do juiz	165
1.3. Falecimento e extinção de uma parte	170
1.4. Falecimento ou impossibilitação absoluta do mandatário ou do representante	172
2. Extinção da instância	173
2.1. Enquadramento do problema	173
2.2. Julgamento	173
2.3. Deserção da instância	174
2.4. Impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide	177
2.5. Extinção da execução fiscal nos casos de sub-rogação	178
3. Absolução da instância	180
3.1. Enquadramento do tema	180
3.2. Patrocínio judiciário obrigatório	182
3.2.1. Constituição obrigatória de mandatário judicial e a sua inobservância	182
3.2.2. Forma, conteúdo e alcance do mandato judicial	184
3.2.3. Revogação e renúncia do mandato	185
3.3. Litispendência	186
3.4. Caso Julgado	188
3.4.1. Noção, funções e aceções do caso julgado	188
3.4.2. Limites subjetivos do caso julgado	190
3.4.3. Limites objetivos do caso julgado	192
3.4.4. Limites temporais do caso julgado	193

4.	Nulidades processuais	194
4.1.	Enquadramento do tema	194
4.2.	Conceito de nulidades processuais	195
4.3.	Ineptidão da petição inicial	197
4.3.1.	Causas de ineptidão da petição inicial	197
4.3.2.	Conhecimento e efeitos da ineptidão da petição inicial	201
4.4.	Falta de citação	202
4.4.1.	Conceito	202
4.4.2.	Conhecimento, arguição e efeitos	205
4.5.	Nulidade da citação	207
4.5.1.	Delimitação do seu âmbito face à falta de citação	207
4.5.2.	Conhecimento, arguição e efeitos	209
4.6.	Erro na forma de processo	211
4.6.1.	Conceito	211
4.6.2.	Conhecimento e efeitos	212
4.7.	Nulidades secundárias	214
4.7.1.	Conceito e casos jurisprudenciais	214
4.7.2.	Conhecimento, arguição e efeitos	220
5.	Prazos processuais	221
5.1.	A relevância jurídica do tempo no processo judicial	221
5.2.	Modalidades de prazos	223
5.3.	Contagem dos prazos processuais	228
5.4.	Justo impedimento	232
5.5.	Prática do ato processual mediante o pagamento de uma multa	233
5.6.	Prorrogação do prazo processual	234
5.7.	Prazos dilatórios	237
6.	Providências cautelares a favor da Administração tributária	239
6.1.	Enquadramento do tema	239
6.2.	Arresto	245
6.2.1.	Noção e pressupostos	245
6.2.2.	Tramitação	251
6.3.	Arrolamento	258
6.3.1.	Noção e pressupostos	258
6.3.2.	Tramitação	259
7.	Sentença	261
7.1.	Enquadramento do tema	261

7.2. Fundamentação da sentença	263
7.3. Poderes de cognição do juiz no processo tributário	268
7.4. Vícios da sentença	272
7.4.1. Nulidades da sentença	273
7.4.2. Retificação de erros materiais e reforma da sentença	273
8. Penhoras em matéria tributária	277
8.1. Enquadramento do tema e conceito	277
8.2. Contextualização da penhora no domínio tributário	279
8.3. Dimensões constitucionais conflituantes no âmbito da penhora	281
8.4. Bens parcialmente penhoráveis	284
8.4.1. Limites à penhorabilidade destes bens	286
8.4.2. Redução e isenção de penhora	288
8.5. Bens relativamente impenhoráveis	290
8.6. Bens absolutamente impenhoráveis	292
8.7. Formalidades da penhora de saldo bancário	295
8.8. Formalidades da penhora de créditos	298
8.9. Penhora de partes sociais ou quotas em sociedades	301
8.10. Penhora de estabelecimento comercial	303
8.11. Obstáculos à realização da penhora	304
8.12. Deveres do depositário	306
9. Reclamação e graduação de créditos	307
9.1. Breve enquadramento do tema	307
9.2. A subsidiariedade das normas do CPC	311
9.3. Verificação e graduação de créditos	312
9.4. Impugnação dos créditos reclamados	318
9.5. As segundas penhoras	323
9.5.1. Segunda penhora em processo de execução cível	324
9.5.2. Segunda penhora em processo de execução fiscal	325
10. Venda executiva	327
10.1. Conceito e natureza jurídica	327
10.2. Modalidades da venda em sede executiva	328
10.2.1. Venda mediante leilão eletrónico	328
10.2.2. Venda mediante propostas em carta fechada	331
10.2.3. Outras modalidades de venda	333
10.3. Adjudicação dos bens	335
10.4. Direito de remissão	336

10.5. A notificação do despacho que fixa a modalidade de venda e o valor dos bens	339
10.6. Anulação da venda	342
11. Execução para entrega de coisa certa	347
12. Recursos de decisões jurisdicionais em matéria tributária	349
§. Considerações introdutórias	349
12.1. Noção de recurso de atos jurisdicionais e classificações doutrinárias	352
12.2. Recurso comum das decisões dos tribunais tributários	360
12.2.1. Conceito e requisitos de admissibilidade	360
12.2.2. Legitimidade e prazo de interposição	372
12.2.3. Tramitação	375
12.2.4. As alegações e conclusões	379
12.2.5. Ampliação do âmbito objetivo do recurso	384
12.2.6. Junção de documentos em sede de recurso	385
12.2.7. Poderes decisórios do Tribunal <i>ad quem</i>	386
12.2.8. Reforma e vícios do acórdão	390
12.3. Recurso de revista	391
12.3.1. Enquadramento no sistema de recursos no âmbito tributário	391
12.3.2. Requisitos de admissibilidade	394
12.3.3. Ónus de alegar e formular conclusões	396
12.3.4. Julgamento do recurso	397
12.4. Recurso para uniformização de jurisprudência	399
12.4.1. Noção e requisitos de admissibilidade	399
12.4.2. Legitimidade, prazo e julgamento do recurso	401
12.5. Recurso de revisão de sentença	403
12.5.1. Noção e requisitos de admissibilidade	403
12.5.2. Legitimidade e prazo	407
12.5.3. Instrução e julgamento	410
13. Custas processuais	412
13.1. Conceito	412
13.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas processuais	416
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>419</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>437</b>